

PRODUÇÃO ALIMENTAR DE BASE AGROECOLÓGICA NA AGRICULTURA FAMILIAR

Jussara Mantelli – Docente de Geografia FURG/RS – Brasil.
jussaramantelli@furg.br

José Francisco Santos de Moura – Mestrando de Geografia FURG/RS – Brasil.
campesino13@yahoo.com

RESUMO

Este artigo visa fazer uma reflexão sobre a produção alimentar de base agroecológica como alternativa de desenvolvimento e reprodução da agricultura familiar no Brasil. Para alcançar este objetivo partimos do princípio que a alimentação é condição primária para a reprodução do homem enquanto espécie animal. Na história da evolução humana, o homem condicionou a reprodução da vida à produção de alimentos. Assim podemos entender que a agricultura familiar é uma forma de organização e reprodução social secular, que mantém uma estrutura e uma forma de vivência peculiar. Consideramos também que a agricultura é uma das atividades produtivas em que a relação homem-natureza aparece com mais clareza.

PALAVRAS CHAVES: agricultura familiar, produção alimentar, agroecologia

DISCUTINDO OS CONCEITOS

Agricultura familiar é termo que, de acordo com NEVES (2007), raramente aparecia no debate acadêmico brasileiro até a década de 1990, exceto em alguns textos que faziam referência ao produtor familiar rural (family farm) dos estados Unidos e da Europa, para designar a produção não patronal. No entanto, a partir deste período o termo agricultura/agricultor familiar ganha importância como categoria positiva e desenvolvimentista, sob o ponto de vista social e econômico para fazer frente às problemáticas dos tidos camponeses e pequenos produtores rurais.

A partir daí a temática referente à agricultura familiar se destaca na produção intelectual e nos debates políticos, geralmente em substituição ao conceito de pequeno produtor rural, o qual foi superado quando se afirma que o tamanho da área da propriedade é relativo, uma vez que os avanços tecnológicos e o aporte de capital se introduzem no setor agrário, independente do tamanho das unidades produtivas, considerando primordial a sua eficiência.

A produção familiar no Brasil se firmou como termo que designa as unidades produtivas gerenciadas pela própria família e também com a força de trabalho familiar predominante, em oposição à produção patronal, onde predomina a mão-de-obra assalariada. A sustentabilidade destas unidades surge quando impera a necessidade de diversificar a produção e a fonte de renda das famílias.

Também evolui o significado conceitual de agricultura familiar, que não é sinônimo de pobreza e que apresenta como características, a produção diversificada, agora incorporando novas alternativas de produção como a agroecologia trazendo benefícios socioeconômicos e ambientais. É responsável pela produção da maior parte dos alimentos e ocupa a maior porcentagem dos trabalhadores do campo.

O questionamento principal é o que está sendo feito para fortalecer esta produção, fundamental dentro do contexto da produção alimentar em nível nacional e também em escala mundial. Vale salientar que até as décadas de sessenta/setenta, as políticas públicas se restringiam basicamente ao apoio a produção nas grandes e médias propriedades, sendo muito específico ao setor agroexportador. Não que esta prática tenha se esgotado, mas na atualidade a agricultura familiar tem uma importância significativa até por estar incorporada no conceito de reforma agrária.

Agricultura familiar é um termo genérico utilizado como forma de enquadrar a categoria sócio-profissional que compreende os camponeses, os pequenos lavradores, os pequenos produtores mercantis, entre outros. Suas características principais são a propriedade dos meios de produção, predominância da força de trabalho familiar, bem como gerência da unidade pela família produtora (Neves, 2007).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que, no Censo de 2006 incorpora o termo “agricultura familiar” para nortear o levantamento dos dados e informações, tomando como base a lei 11326 de 24 de julho de 2006, sendo esta representada pelos estabelecimentos agropecuários que cumpram os seguintes critérios:

- A área dos estabelecimentos não deve exceder quatro módulos fiscais;
- A mão-de-obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas deve ser predominantemente da família;
- A renda familiar deve ser predominantemente originada das atividades vinculadas ao próprio estabelecimento;
- O estabelecimento ou empreendimento deve ser dirigido pela família.

A PROBLEMÁTICA ALIMENTAR

Mesmo em países como o Brasil, e os que acompanham a mesma faixa agroclimática, caracterizados por ser grandes produtores de cereais, onde os alimentos se encontram amplamente disponíveis, as pessoas de baixa renda não conseguem comprar o suficiente para suprir as necessidades de sobrevivência. Mesmo os agricultores das regiões dos trópicos, caso sejam de pequena escala, demasiadamente pobres para investir em técnicas, insumos ou melhoramentos agrícolas, enfrentam limitações significativas de produção, transporte, armazenamento, entre outros.

A pobreza se concentra muitas vezes em áreas onde a biodiversidade selvagem é mais rica ou se encontra mais ameaçada. McNeely e Scherr (2009:82-83) mencionam que entre aqueles que ganham US\$ 1 por dia ou menos, 75% vivem em áreas rurais e que as projeções indicam que mais de 60% dos pobres continuaram a fazer parte de populações rurais em 2025. Os autores destacam ainda que, muitos grupos étnicos indígenas, que fazem parte das populações mais empobrecidas e marginalizadas, vivem em áreas onde subsiste uma extensa biodiversidade selvagem.

A produção de alimentos (estes caracterizados pelos produtos que fazem parte da dieta alimentar) adquire uma importância cada vez maior, dado ao impulso

que a temática fome, segurança e qualidade alimentar vem tomando nas mais diversas esferas da sociedade mundial.

Quanto aos padrões de demanda por alimentos a história tem demonstrado que o aumento da riqueza faz subir o consumo *per capita* de produtos agrícolas, especialmente carne, frutas, vegetais, especiais e peixe. De acordo com McNeely e Scherr (2009:77) quanto mais aumenta a demanda por animais, cresce a necessidade de insumos de alimentação animal, destacando-se principalmente os grãos, sendo que esta produção tende a avançar sobre áreas tradicionalmente produtoras de alimentos ou áreas de florestas, fazendo retroceder a produção alimentar.

A limitação à produção de alimentos se deve a uma questão básica. Por quanto tempo mais essa expansão pode continuar? McNeely e Scherr (2009:80) salientam que embora 1,5 bilhões de hectares adicionais possam, teoricamente, serem convertidas em terras de cultivo, as áreas com terras de melhor qualidade produtiva já estão sendo totalmente exploradas agricolamente. Apenas zonas com maiores limitações de produção – como encostas de colinas escarpadas, florestas tropicais em solos inférteis, regiões semi-áridas são impróprias para a produção contínua de culturas anuais, embora as inovações nas pesquisas possam torná-las mais atrativas para outras formas de agricultura.

Há de se destacar que alguns indicadores sugerem que os limites dos ecossistemas e dos recursos para a agricultura tradicional já estão prestes a ser atingidos. Outro fator a acrescentar ao desafio da limitação dos recursos são as alterações climáticas. Prevê-se que elas agravem problemas como chuvas, pragas e doenças imprevisíveis, especialmente na zona tropical, embora sejam muito incertos os locais onde os impactos possam ser positivos ou negativos.

Segundo McNeely e Scherr (2009:81), alimentar populações crescentes constituirá um desafio sério para países em desenvolvimento, É bem possível que o mundo possa ser capaz de produzir alimentos suficientes para sustentar uma população muito maior no ano 2025 e que a limitação real venha a ser o preço dos alimentos, gerador de uma desigualdade de acesso ao consumo. Nesse caso, os países pobres poderão ser incapazes de adquirir os excedentes dos países desenvolvidos para alimentar suas populações. Sendo assim, a maioria dos

governos está tentando implementar uma política de alimentos baratos, em parte para poder atender aos pobres urbanos e aos trabalhadores industriais. Mais isso também pode significar que os agricultores pobres dificilmente conseguirão obter um preço suficiente elevado por seus produtos que lhes permita escapar à armadilha da pobreza, a não ser que a produtividade agrícola possa ser aumentada.

A produção agrícola crescente dos agricultores de baixa renda é determinante não apenas para responder à demanda do mercado como também para reduzir a pobreza rural e aumentar padrões de vida. O aumento da produção agrícola poderia, teoricamente, garantir a segurança alimentar de toda a população mundial, no entanto, o acesso aos alimentos é determinado não só pelo abastecimento disponível, mas também pela posse de terra arável e insumos necessários à sua produção, ou pela renda necessária para adquiri-los. Os mais pobres do mundo não possuem nenhuma dessas condições. E a fome passa a ser um problema resultante menos pela quantidade existente de alimentos e mais pela diferença nas condições de acesso.

Já no prefácio de sua obra “Geografia da Fome”, Josué de Castro¹ chama atenção para o fato do tema fome ser espinhoso para a sociedade racionalista.

[...] trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental, que tornaram a fome um tema proibido, ou pelo menos pouco aconselhável de ser abordado publicamente. [...] O fundamento moral que deu origem a essa espécie de interdição baseia-se no fato de que o fenômeno da fome, tanto a fome de alimentos, como a fome sexual, é um instinto primário e por isso, um tanto chocante para uma cultura racionalista como a nossa, que procura por todos os meios impor o predomínio da razão sobre os dos instintos na conduta humana. (CASTRO, 1959. p.21).

O autor enfatiza essa excessiva racionalização ao tentar separar o ser animal que tem necessidades de comida, abrigo, sexo (procriar), do ser racional, delegando a este o título de ser social. No entanto, o autor enfatiza que essas forças são invencíveis. Ao lado deste preconceito moral, Castro (1959. p.21) destaca que o interesse imperialista é de que a produção de alimentos seja uma questão puramente econômica e não uma questão de saúde pública. A obra de Josué de

¹CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959.

Castro trata a fome como um problema social e ecológico, sendo estes dois termos interdependentes.

A fome classificada por Castro (1959. p.27) como fome coletiva, como falta permanente de determinado alimento, é algo presente em nossa sociedade, ou seja, não é a fome total, que mata em poucos dias, mas a inanição, que corresponde a falta de determinados elementos nutritivos ainda que o indivíduo coma todos os dias, não significa que o mesmo esteja bem alimentado (nutrido).

[...] a fome coletiva é um fenômeno social bem mais generalizado. É um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape a sua ação nefasta. (CASTRO, 1959. p.40).

O que pretendemos abordar na obra de Josué de Castro é a estreita relação entre o meio ecológico e a formação social. Para o autor a fome se manifestava em todas as regiões do Brasil, em maior ou menor intensidade, mas provinha das interações e opções que o homem empreendia. De certa forma, toda a terra era boa, porém, boa parte da mesma estava ligada a certos empreendimentos que desfigurava/exauria a sua fertilidade, como exemplo as *plantations* no nordeste (plantações de cana-de-açúcar).

O caso mais desastroso para as massas foi a monocultura açucareira no nordeste brasileiro, aonde o autor chega a dizer que a cana produz um processo autofágico, ou seja, devora tudo em sua volta, tanto o ambiente natural como o trabalhador..

Entendemos que a percepção do autor com relação a monocultura é a exploração econômica das terras. A monocultura “*vai engolindo a terra, o húmus e o capital humano*” ressalta o autor. Este tipo de atividade econômica aniquila a agricultura de subsistência e o meio ecológico, tornando a paisagem monótona e sem vida. A exploração monocultora e latifundiária como se refere o autor, foi também extremamente nociva ao solo, que ficou exaurido para futuras produções. Por outro lado, este tipo de empreendimento econômico, trouxe consigo além da escravidão do meio natural, a escravidão dos homens que aqui estavam e os que foram trazidos para este fim.

O (des)envolver do Brasil em muitas ocasiões revelou este conjunto de fatores associados, a exploração da natureza em conjunto com a exploração de uns

homens sobre outros. O combinado de homem e meio que são subjugados há uma exploração “racional” invariavelmente são associados à “natureza”. Carlos Walter Porto-Gonçalves² (2006. p.135) elucida que em nossa sociedade,

[...] são íntimas as relações que se estabelecem entre a concepção de que o homem deve dominar a natureza e a ideia que o homem deve dominar os outros homens (mulheres, crianças, adolescentes, velhos, negros, índios, homossexuais, operários, camponeses e etc.), na medida em que estes últimos são socialmente vistos como seres da natureza.

Mas porque a “razão humana” ou “razão dominadora” esteve contra as “razões da natureza” ou do ciclo natural? Talvez porque a razão colonizadora ainda esteja viva (imbuída) no território, ou seja, o fim do colonialismo europeu não significou o fim da colonialidade com destaca Porto-Gonçalves (2006. p. 219). A exploração dos lugares e das populações ali estabelecidas é muito comum no Brasil. Não raro se observar o ingresso de empresas nacionais e multinacionais que apenas sugam os lugares e não oferecem nenhuma contrapartida a não ser a degradação sócio-ambiental. A fome em Josué de Castro, que em muitos casos é estrutural, é também uma pobreza ecológica, um atraso mental finalístico, que vê no meio natural apenas o *recurso, o lucro, e a possibilidade de exploração, ou seja, o econômico*, esquecendo-se da imperativa necessidade da vida.

A agricultura não se restringe apenas a função da produção de alimentos para a reprodução da família, mas, também a um saber fazer diferenciado de criação e reprodução das relações sociais de afetividade, reciprocidade e cumplicidade entre seus membros. Estas formas de convívio social harmônico entre os indivíduos ainda são verificadas em muitas comunidades onde predomina o trabalho familiar. Dessa forma entendemos que a agricultura familiar é uma forma de organização e reprodução social que mantém uma estrutura e uma forma de vivência peculiar. A divisão do trabalho por gênero e idade não engendra uma partição em status já que a finalidade produtiva se associa ao reprodutivo.

A respeito da divisão do trabalho familiar pode-se referenciar a “Origem da família, da propriedade privada e do Estado” de Engels³ que, em nossa opção, é um dos principais autores a fazer um apanhado histórico sobre a evolução das formas

² PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1993.

³ ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 9ª edição, 1984.

de organização social, podendo ser inferido para a organização do trabalho familiar. Nas primeiras formas de grupos humanos a diferenciação nas formas de trabalho de um indivíduo não implicava na valorização ou desvalorização do trabalho de outro. Na medida em que a sociedade evoluiu para outras formas de organização a referência passou para o homem, dentro do grupo familiar. De acordo com nossa leitura da obra é neste estágio que nasce a propriedade privada. O patrimônio aliou-se a figura paterna.

Entretanto, na obra de Engels, está implícito que a sociedade não evolui de maneira homogênea. Em uma mesma época convivem formas de organização peculiares a tempo e espaço diferentes. Por outro lado os costumes, tradições de sociedades anteriores não são totalmente eliminados. Este fato foi verificado por ZANETTI e MENASCHE (2007) quando em um estudo procuraram evidenciar o papel desempenhado pelas mulheres agricultoras que garantem a segurança alimentar de famílias rurais, sendo o excedente presenteado aos vizinhos. A organização comunitária ancorada na reciprocidade e as racionalidades produtivas próprias para o consumo são relações que fogem às razões mercadológicas vigentes em nossa sociedade capitalista.

E neste contexto social que as mulheres agricultoras garantem a segurança alimentar da família através da produção para o autoconsumo. Esta produção é diferente da produção para o mercado comum, já que na produção para o consumo da família não são utilizados os agrotóxicos, algo que as mulheres não manipulam.

No entanto, surgem alguns empecilhos para a continuidade destas formas comunitárias. Na divisão do trabalho da sociedade capitalista alguns “rótulos” foram criados para desvalorizar o trabalho feminino. O mais impiedoso destes é atrelar o trabalho produtivo como aquele que produz a mercadoria e trabalho reprodutivo para as atividades de reprodução da sociedade. É por isso que existe o preconceito de que o trabalho doméstico não remunerado é reprodutivo e, neste caso muito atrelado às mulheres. Esta divisão provocou uma supervalorização do trabalho produtivo de mercadorias em nossa sociedade. A produção para a subsistência é pouco valorizada, no caso o trabalho feminino, pois em uma sociedade capitalista parece que “descolamos” as atividades agrícolas, da natureza. A referência da

produção do alimento para o consumo direto perdeu-se pelo consumo de um produto mercadoria.

E, por outro lado, ocorre a produção integrada a agroindústrias e a produção para a comercialização o que provoca uma queda na produção para o consumo da família.

A segurança alimentar segundo MALUF e MENEZES (2004) apud ZANETTI e MENASCHE (2007) implica em três pontos: a qualidade nutricional e a ausência do uso de agrotóxico na produção do alimento, porque prima pela saúde; os hábitos e a cultura alimentar, sendo que isso é peculiar a cada comunidade ou grupo social e proporciona uma identidade, coesão e cumplicidade, ou seja, os valores são compartilhados e; a sustentabilidade do sistema alimentar, que é entendido como a contínua produção de alimentos dentro das condições sociais da comunidade e das condições biológicas da natureza.

Nesse contexto inserem-se as formas de produção alternativas como a agroecologia que traz em sua proposta além da produção mais limpa, a organização da propriedade baseada em preceitos sociais e morais.

Para a construção de uma “nova ordem” é necessário a transformação em parte da sociedade. Os movimentos isolados têm pouca ressonância e é por isso que as entidades agroecológicas e orgânicas se articulam em redes e ONGs a fim de ‘resistir’: afinal é um movimento contra-hegemônico. Mas ao mesmo tempo se tem o debate do dualismo (ou é agroquímico, ou é agroecológico), por outro lado surge o problema da abordagem com os demais pequenos produtores (os não convertidos). Os produtores agroecológicos se sentem como um corpo estranho entre os demais.

A nossa opção é acreditar no movimento não linear do tempo e do espaço, da natureza viva. Nela nada é definitivo em seu estado de coisas. A história dos homens comprova que as mudanças são constantes e mais rápidas do que se imagina. A produção familiar produz grande quantidade de alimentos, mas uma unidade produtiva isolada produz uma pequena parte. A reprodução de um sistema perverso, que arranca a renda do produtor, é efetivada no encontro das relações comerciais para além da porteira das famílias. Estas relações de trocas são

estabelecidas por um intermediário imediato, na figura do atravessador, que acaba juntando a produção de uma determinada localidade e revendendo por um preço muito além do lucro médio comercial. A família isolada invariavelmente não tem outra opção a não ser a submissão. Por outro lado, há muitas famílias que alimentam o pensamento pequeno burguês e o egoísmo, tentando sempre tirar vantagem nas relações com a vizinhança.

Em suma, a temática central deste texto e das pesquisas que pretendemos desenvolver é os desafios que se apresentam aos pequenos produtores rurais brasileiros haja vista a sustentabilidade de suas unidades produtivas, quando impera a necessidade de diversificar a produção e a fonte de rendas, tendo o apoio de políticas públicas distributivas. Temos que entender as mudanças ocorridas na agricultura brasileira, principalmente a partir da década de 60 do século XX quando se tem a implantação da dinâmica industrial no campo. Neste período as políticas públicas se restringiam basicamente ao apoio a produção nas grandes e médias propriedades, sendo muito específico ao setor agroexportador.

No Sul do Brasil a modernização da agricultura se deu de forma rápida e seletiva, tendo como resultado o aprofundamento das desigualdades sociais no campo, porque os pequenos produtores não tinham acesso ao crédito por falta de garantias. Porém na década de 1980, com a recessão da economia, os recursos para o financiamento se esgotaram, tendo no início de 1990 a abertura neoliberal como aprofundamento da crise. Em meados da década de 1990 foi supervalorizada a produção industrial frente aos preços agrícolas ocasionando o endividamento dos agricultores. Com a criação do PRONAF (Programa Nacional para a Agricultura Familiar), que se destina a unidades com área até 4 módulos fiscais, ou seja, para pequenas propriedades rurais. Este programa tem o objetivo de fortalecer a agricultura familiar através de crédito, principalmente, o qual possui uma taxa de juros abaixo do valor de mercado. O PRONAF, que é uma política mais abrangente, mais a política de assentamentos rurais são algumas das iniciativas de descentralização e territorialização da agricultura familiar. Devemos ressaltar que somente a efetivação de créditos de custeio das safras é insuficiente como uma política que tenha como objetivo o desenvolvimento sustentável socioeconômico da agricultura familiar. A política de assentamentos tem dinamizado as áreas, aumentando a densidade demográfica e gerando emprego e renda. No entanto, no

Brasil temos o Ministério da Agricultura, que canaliza suas principais atenções para o agronegócio e, o Ministério do Desenvolvimento Agrário que, em alguns casos, atende duas clientelas distintas e em campos opostos (o agronegócio e a agricultura). Dessa forma não há uma política integral. A saída para os pequenos produtores tem sido a diversificação da produção. Por outro lado o mercado não tem oferecido alternativas para as pequenas unidades, quando enfatiza aos commodities. As pequenas unidades produtivas são competitivas em atividades que exigem muita mão-de-obra como a avicultura, fumicultura. A produção orgânica também tem sido alternativa para geração de renda, a qual atende um nicho específico de mercado, bem como a agregação de valor a produção através da agroindústria familiar. Quanto a questão da sustentabilidade, há uma dualidade na aplicação do termo tendo, na indústria de insumos e sementes geneticamente modificadas uma versão, que segue os princípios da “revolução verde” e de outro lado, a visão de que agricultura somente será sustentável se adequar-se as variáveis sociais e ecológicas, principalmente, por isso o ênfase na agroecologia, baseado-se numa filosofia humana e holística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar não é algo recente, mas é o campesinato tradicional o qual está renovado e que se distingue da empresa capitalista, já que esta somente visa o lucro e os camponeses buscam a produção a reprodução da família, tendo nesta, a procedência da força de trabalho. No entanto esta dinâmica tem sido afetada por retalhamento nas unidades produtivas, sucessão hereditária e políticas públicas insuficientes que dificultam a permanência do homem no campo. O principal enfoque a dar a agricultura familiar é que a mesma não é sinônimo de pobreza e que é um sistema predominante no mundo todo, onde ocorre a produção diversificada, que agora vem incorporando novas alternativas como a agroecologia e isso traz benefícios socioeconômicos e ambientais.

A agricultura familiar é responsável pela produção da maior parte dos alimentos e ocupa a maioria das pessoas do campo. Para reproduzir esse processo, algumas ações são necessárias como: atender as demandas dos produtores, estabelecer compromissos, viabilizar a produção, industrialização e comercialização, assim como o acesso a crédito e novas tecnologias. Em períodos mais recentes, o

governo federal vem atuando pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que possui uma secretaria da Agricultura familiar, que é responsável por umas das políticas públicas de maior vulto que é o PRONAF. Este objetiva o fortalecimento da agricultura familiar através da política agrícola de crédito, principalmente, de oferta de serviços e de apoio a formação de infra-estrutura nos municípios. Pela classificação, segundo a renda, feita pela FAO existe três tipos de agricultores familiares: os consolidados e integrados ao mercado; os familiares em transição, os quais se encontram em situação fragilizada perante o mercado e os agricultores familiares de subsistência os quais englobam os sem-terra e aqueles que produzem para o auto-consumo e que eventualmente vendem a mão-de-obra.

Destacamos a importância de pensar em atividades produtivas voltadas a alimentos menos contaminados e com uma função social que atenda a população de modo geral e que não seja mais uma atividade seletiva no que tange ao acesso e consumo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 9ª edição, 1984.

LOVATO, P. M. e SCHMIDT, W.(orgs.) **Agroecologia e sustentabilidade no meio rural: experiências e reflexões de agentes de desenvolvimento local**: Chapecó: Argos, 2006.

MCNEELY, Jeffrey A.; SCHERR, Sara J. **Ecoagricultura: alimentação do mundo e biodiversidade**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009. p. 63-90

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **A produção familiar e suas diferentes formas de representação**. In: MARAFON, José Gláucio; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo. (orgs.) *Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007, p. 169-178

NEVES, Delma P. **Agricultura familiar: quantos ancoradouros**. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Medeiros e SUZUKY, Júlio César (orgs). *Geografia Agrária: teoria e poder*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 211-269

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1993

SILVESTRO, Milton Luiz et al, **O impasses sociais de sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: EPAGRI; Brasília: MDA, 2001.

ZANETTI, Cândida; MENASCHE, Renata. Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. In. MENASCHE, Renata (org). **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.